

# > Não basta não ser racista: sejamos antirracistas

> **White fragility: why it's so hard for White people to talk about racism**

**Por Daniela Severo de Souza Scheifler**

Doutoranda em Estudos Literários - Teoria, Crítica e Comparatismo (UFRGS). Bolsista Capes. E-mail: danischeifler@gmail.com. Orcid. 0000-0002-1233-3940.

> **Resenha recebida em 25.07.2024 e aceita em 06.01.2025.**

## FICHA TÉCNICA DA OBRA

***Não basta não ser racista: sejamos antirracistas***

**Robin DiAngelo**

**Tradução de Marcos Marcionilo**

**São Paulo: Faro Editorial, 2018. (192)p.**

**1ª Edição em 2020**

**ISBN: 978-85-9581-106-5**

*Esses rituais em louvor da supremacia branca,  
praticados desde a infância, deslizam  
da mente consciente para dentro dos músculos...  
e se tornam duros de extirpar.*  
Lilliam Smith, *Killers of the Dream* (1949)

A escritora estadunidense Robin DiAngelo, professora universitária cujos estudos e pesquisas se situam nas áreas de análise crítica do discurso e dos estudos da branquidade, escreve, em 2018, o livro *White Fragility: Why It's So Hard for White People to Talk about Racism*. Na tradução para o português ficou como *Não basta não ser racista, sejamos antirracistas*. A autora narra, na introdução à edição brasileira, que foi na década de 1990 que ela passou a perceber os padrões do que ela iria denominar depois como fragilidade branca.<sup>1</sup> A autora é também consultora em questões de justiça racial e social há mais de 20 anos e seu livro foi traduzido para muitas línguas. De fato, ainda no prefácio, ela sustenta que, embora existam muitas diferenças com relação ao racismo nos mais diversos países, há em todos eles “uma vantagem institucionalizada dos brancos e, ao mesmo tempo, uma fragilidade desses quando a sua superioridade e vantagens são questionadas<sup>2</sup>”. A pesquisadora ainda arremata afirmando que se apresenta um padrão branco em todas as partes que tendem a negar o que as pessoas de outras cores relatam a respeito de suas realidades e que o fato de pessoas brancas não saberem sobre o racismo não significa que ele não exista. Ela traz para o centro da discussão o fato de que debater sobre raça e racismo provoca desconforto entre os brancos, emergindo desse grupo o que ela chama de fragilidade branca. Para além disso, esse debate significa também refletir sobre o privilégio branco em um mundo em que essas pessoas usufruem de uma estrutura

---

<sup>1</sup> Robin DiAngelo, *Não basta não ser racista, sejamos antirracistas*, 2018, p. 11.

<sup>2</sup> *Idem*.

que dominam e na qual estão inseridas plenamente, um sistema que não se quer nomeado, a supremacia branca.

Na introdução do livro, ao se apresentar como uma mulher branca rodeada de pessoas como ela, a autora traz uma definição de racismo que revela que “os brancos detêm o poder social e instrucional sobre as pessoas de cor<sup>3</sup>”. Pessoas brancas são as beneficiárias da profunda desigualdade racial que existe nas sociedades ocidentais. Falar sobre racismo e, principalmente, deslocar o olhar para a identidade racial branca ou nominá-la produz uma série de sentimentos defensivos que ela, como já mencionado, denomina de fragilidade branca. A autora então se dispôs a estudar estas reações defensivas: raiva, medo, culpa, silêncio e retração, respostas essas que servem “para restaurar o equilíbrio branco, na medida em que repelem o desafio, reinstalam o conforto racial e mantêm nosso domínio no interior da hierarquia racial<sup>4</sup>”. Os pilares da branquitude sustentam-se a partir de crenças de que somente as pessoas más são racistas, e o racismo é então visto como algo cometido por um indivíduo e não por um sistema de dominação. A desinformação, o silêncio e o desconforto servem para que ele não seja debatido, não seja nomeado, confrontado. O objetivo da autora, neste livro, portanto, é nomear e visibilizar a fragilidade branca de modo que o silêncio quanto à questão não siga servindo à manutenção do racismo. Eu, como mulher branca, também estou rodeada de pessoas brancas e, sempre que tento debater sobre o racismo em alguns espaços, defronto-me com a desinformação e com as reações defensivas que a autora explora no livro. No primeiro capítulo, a escritora trabalha com a ideia de como nós, brancos, não nos vemos em termos de identidade racial. Ou seja, a identidade racial branca não é nominada, ela se configura como universal, mas, na realidade, sabemos que não é assim. O fato é que olhar-se racialmente dispara, como afirma DiAngelo, a fragilidade branca. É exatamente isso que ela nos convida a fazer: olharmo-nos a partir dessa condição como o grupo racializado dominante. O que ela percebe, no entanto, é que falar sobre isso dispara as reações defensivas, e elas nos impedem de desenvolver consciência racial. Recai-se então em frases do senso comum de que todas as pessoas são iguais. Como lembra a autora, a crença no individualismo e na meritocracia sustentam essa posição. Ela diz que “as oportunidades não são igualmente distribuídas por raça, classe e gênero<sup>5</sup>”. E nesta parte do capítulo percebo a falta de uma discussão sobre a ferramenta

---

<sup>3</sup> Robin DiAngelo, *Não basta não ser racista, sejamos antirracistas*, 2018, p. 23.

<sup>4</sup> Robin DiAngelo, *Não basta não ser racista, sejamos antirracistas*, 2018, p. 24.

<sup>5</sup> Robin DiAngelo, *Não basta não ser racista, sejamos antirracistas*, 2018, p. 32.

analítica da interseccionalidade, conceito desenvolvido por intelectuais estadunidenses, mas não somente, e feministas negras, tais como Angela Davis, Patricia Hill Collins e Kimberlé Crenshaw que, em 1989, na área do direito cunhou o termo<sup>6</sup>. Na verdade, DiAngelo fala em estruturas sociais, quando, em minha opinião, poderia ter enriquecido o seu debate e até mesmo a sua prática antirracista, ao demonstrar que estuda intelectuais negras:

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento.<sup>7</sup>

Ao trazer tal ponto de vista, acredito que a interseccionalidade enriqueceria o texto de DiAngelo, uma vez que é um conceito que, na minha visão, dá conta de pensar as avenidas identitárias por onde perpassam as estruturas do sistema de dominação branco.

Dito isso, a autora segue analisando as políticas de branqueamento do tempo da imigração dos europeus para as Américas e termina, neste capítulo, convidando-nos a enfrentar o desconforto de pensar sobre raça e sobre o que é ser branco. A este ponto, recorde, como professora de italiano que busca uma perspectiva decolonial do ensino da língua e que atua junto a instituições com pessoas descendentes de imigrantes europeus, a dificuldade de debater sobre esses temas junto a essas comunidades. Muitos descendentes de imigrantes europeus alegam que seus antepassados também passaram por muitas dificuldades e as superaram, ao contrário da população negra. A maioria desconhece as políticas de branqueamento empreendidas pelo Estado brasileiro à época da imigração e os benefícios que esses grupos usufruem desde então a partir de uma estrutura que privilegia o fenótipo branco, principalmente o italiano e o alemão. Lourenço Cardoso<sup>8</sup>, nesse sentido, discorre sobre o tema: "o branco imigrante, ou mais concretamente, o italiano e o alemão, é mais valorizado

---

<sup>6</sup> No Brasil, temos a filósofa, antropóloga, professora, militante do Movimento Negro e feminista precursora Lélia Gonzalez.

<sup>7</sup> Kimberlé Crenshaw, *Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero*, 2002, p. 177.

<sup>8</sup> Lourenço Cardoso, *Branquitude*, 2017, p. 189.

do que o português. Se compararmos o branco italiano ao português, o italiano será considerado mais branco, branco-branco”<sup>9</sup>.

Se os descendentes de brancos europeus, italianos e alemães, usufruem de um privilégio maior do que os brancos portugueses, qual será a diferença em termos de privilégios que se dá entre esse grupo considerado branco-branco em comparação aos negros do Brasil?

No segundo capítulo, DiAngelo discorre sobre racismo, supremacia branca e sobre a construção social da raça que serviu para balizar a escravização de africanos e o genocídio dos povos indígenas. Ressalta os interesses econômicos por trás do conceito de inferioridade de raça e mostra também como a ciência foi aliada a tais interesses e mesmo impulsionada por eles. A concepção de raça e inferioridade racial é uma construção social movida por interesses mercantis, e todos nós, pessoas brancas, beneficiamo-nos dessa construção e usufruímos desses privilégios alicerçados historicamente. O racismo é estrutural, como já teorizava Lélia Gonzalez no artigo publicado em 1984 “Racismo e Sexismo na sociedade brasileira” e, no Brasil, assumia e ainda assume o mito da democracia racial.

Neste capítulo, a autora chega a usar a palavra interseccionalidade para falar a respeito do voto para as mulheres negras e de ele só ter sido possível em 1964, mas, novamente, não fala de onde o conceito se origina, o que, a meu ver, provoca um apagamento do trabalho intelectual de mulheres negras, um esvaziamento da ferramenta analítica produzida por elas a partir de suas vivências em relação à opressão de raça, classe e gênero. A escritora também pontua, neste capítulo, o fato de que pessoas negras não podem ser racistas, mesmo que tenham preconceitos, porque o racismo é uma estrutura e não um ato cometido por um indivíduo. Ou seja, para ela, uma pessoa negra jamais poderá causar prejuízo a uma pessoa branca por ser preconceituosa, mas o contrário sim, porque só os brancos possuem esse poder institucional. DiAngelo define racismo como “sistema profundamente entranhado de poder institucional”<sup>10</sup>. Desse modo, define branquitude como “propriedade”<sup>11</sup> uma vez que essa identidade racial branca usufrui de muitos privilégios e direitos legais que decorrem desse *status*. E, para isso, a título de exemplo, basta pensarmos no encarceramento em massa e no genocídio de jovens negros tanto nos Estados Unidos como no Brasil.

---

<sup>9</sup> Lourenço Cardoso, *Branquitude*, 2017, p. 189.

<sup>10</sup> Robin DiAngelo, *Não basta não ser racista, sejamos antirracistas*, 2018, p. 48.

<sup>11</sup> *Idem*.

A escritora segue refletindo sobre os mais variados recursos de que gozam as pessoas brancas: "[...] autoestima, visibilidade, expectativas positivas, liberdade psicológica das amarras da raça, liberdade de movimento, senso de inclusão e um sentimento de ter direito a tudo que foi dito acima".<sup>12</sup>

Esses recursos, esse *status* de ser branco é facilmente comprovado quando olhamos à nossa volta nos restaurantes, nas instituições de poder e até mesmo nos nossos bairros e círculos de amigos. Onde estão as pessoas negras e, se estão presentes, quais são os lugares que elas ocupam? Sabemos que, de modo geral, elas estão em postos de ocupação extremamente subalternizados. Podemos pensar também nos padrões de beleza brancos que nos são incutidos pela cultura e pelo mercado de um modo geral e no fato de que eu, mulher branca, nunca sofri desconfiança em lojas e supermercados e, por fim, nunca tive que dizer ao meu filho branco para não correr na rua. Os exemplos são inúmeros.

DiAngelo segue refletindo sobre o fato de que pessoas brancas se veem como sujeitos universais e que seriam então as de cor que fugiriam da norma. E, quando grupos subalternizados reclamam por seus direitos, a isso chama-se comumente de pautas identitárias. A escritora convoca à discussão dois intelectuais negros precursores dos estudos a respeito da branquitude, W.E. Du Bois e James Baldwin. Ambos, há muitas décadas, convidaram as pessoas que usufruem dessa identidade racial que se crê universal a refletirem sobre o que é ser branco, o que isso representa, e a pensarem sobre “em uma sociedade tão dividida pelo critério de raça”<sup>13</sup>.

DiAngelo segue pontuando que a supremacia branca é um sistema político, assim como o capitalismo e outros sistemas, só que um sistema que se quer invisibilizado, que não se quer nomeado justamente para seguir dominando através da sua invisibilidade. A partir disso, podemos entender a fragilidade branca, uma vez que as fortes reações que emergem ao se falar sobre raça e racismo servem justamente para não se debater o tema. A supremacia branca alicerça-se fortemente nos países que foram colonizados por nações europeias que promoveram para além delas a ideia de branquitude como ideal humano. É um sistema de dominação global, portanto. A supremacia branca goza de privilégios tanto no setor econômico quanto no político, no social e no cultural.

---

<sup>12</sup> Robin DiAngelo, *Não basta não ser racista, sejamos antirracistas*, 2018, p. 49.

<sup>13</sup> Robin DiAngelo, *Não basta não ser racista, sejamos antirracistas*, 2018, p. 49.

Em contrapartida, existe uma enorme falta de representatividade de pessoas negras nesses mesmos setores.

No terceiro capítulo, DiAngelo analisa o racismo Pós-Movimento dos Direitos Civis. O movimento dos Direitos Civis foi uma luta em busca de igualdade legal para todas as camadas da população, independentemente de cor, raça ou religião. Entre os grandes líderes e artistas do movimento estavam nomes como Martin Luther King, Malcom X, James Baldwin e Nina Simone. Nas suas elaborações, a autora mostra como os sistemas de dominação são adaptativos e que o impacto da desigualdade, historicamente construída, segue perpetuando-se através da distribuição desigual de recursos. Sem políticas reparadoras. Pergunto-me: como a população negra poderá ter acesso aos recursos e a oportunidades iguais, uma vez que há bem pouco tempo era inclusive proibida de ter propriedade privada? A autora segue tratando do tema e discutindo o que ela chama de racismo daltônico. Se nós, pessoas brancas, não falarmos de raça e racismo, é como se ele não existisse. Ademais, não somos pessoas más, certo? Por consequência, não somos racistas. Por conta disso, ela ressalta então a importância de atentarmos às socializações racistas com as quais crescemos e a que estamos expostos desde a mais tenra infância. Isso se dá em todos os segmentos da nossa sociedade. E pontua o que ela chama de racismo aversivo, isto é, o profundo desprezo por pessoas negras que conflita com uma autoimagem boa de si mesmo por parte das pessoas brancas. Por essa razão, relativiza-se as opressões perpetradas pela estrutura racista sobre pessoas negras. A autora dá como exemplo a profunda segregação racial nas escolas e nos bairros estadunidenses, em contraposição à qualificação dos espaços brancos como os espaços seguros<sup>14</sup>. O racismo é também cultural, perceptível na superioridade sentida pelas crianças brancas em relação às negras aprendida através da socialização racista que recebem da estrutura desde sempre.

No quarto capítulo, a autora mostra como a raça configura a vida dos brancos. Primeiro, ela trata a questão do pertencimento através da grande e preponderante visibilidade branca nos espaços mais variados e por meio também da cultura: o ideal branco reprisado infinitamente em programas televisivos, filmes, revistas etc. Em seguida, fala sobre como as pessoas brancas estão livres do peso da raça, de pensar sobre ela e de sofrer perdas em função desse sistema. Em outras palavras, pessoas brancas não sofrem preconceito e desconfiança pelo

---

<sup>14</sup> Robin DiAngelo, *Não basta não ser racista, sejamos antirracistas*, 2018, p. 72.

fato de serem brancas. Elas usufruem de liberdade de movimento. Meninos brancos podem correr nas ruas sem serem confundidos e vistos como ladrões. Podem transitar livremente nos mais variados espaços.

Nesse sentido, a intelectual negra bell hooks conta, por exemplo, em *Olhares Negros*<sup>15</sup>, como foi barrada e submetida a um interrogatório em um aeroporto ao voltar de uma conferência que fora convidada a fazer. Sabemos que isso não aconteceria se ela fosse branca. Ser branco é gozar do privilégio de não ser racialmente marcado, ser um modelo universal. É usufruir do ideal de beleza e superioridade intelectual predominante, construído ao longo dos séculos pelo racismo científico. A solidariedade branca é outro tema. Ela se mostra quando nos calamos diante de piadas racistas, ou quando nos furtamos ao debate por medo de sermos vistos como polêmicos, quando decidimos não quebrar com o conforto branco. Em suma, quando nosso silêncio escolhe manter o privilégio branco através do chamado pacto narcísico da branquitude – termo cunhado pela psicóloga e pesquisadora Maria Aparecida da Silva Bento em sua tese de doutorado intitulada *Pactos Narcísicos no Racismo: Branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público*. A tese de Cida Bento é de 2002, precede em 16 anos o livro tratado aqui e foi defendida em uma das maiores e mais conceituadas universidades do Brasil, a USP. De novo, sinto falta da referência às intelectuais negras no trabalho de Robin DiAngelo. Em contrapartida, em 2022, Cida lança o livro *O pacto da branquitude* e o define assim:

O pacto é uma aliança que expulsa, reprime, esconde aquilo que é intolerável para ser suportado e recordado pelo coletivo. Gera esquecimento e desloca a memória para lembranças encobridoras comuns. O pacto suprime as recordações que trazem sofrimento e vergonha, porque são relacionados à escravidão<sup>16</sup>.

O silêncio e o afastamento psicológico da problemática que é o racismo e de como pessoas brancas se beneficiam dele reforçam o pacto e mantêm privilégios. A escritora, neste livro, referencia inúmeros teóricos e escritores que refletem sobre racismo e branquitude, tais como bell hooks, Toni Morrison, James Baldwin, para citar alguns, e inclusive cita Robin DiAngelo para explicar o conceito de fragilidade branca desenvolvido pela escritora estadunidense.

---

<sup>15</sup> bell hooks, *Olhares negros: raça e representação*. Tradução de Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2019.

<sup>16</sup> Cida Bento, *O pacto da branquitude*, 2022, p. 25.

As evocações a um passado em que o mundo não era “tão chato” e se podia falar daquilo que se desejava, abertamente e sem represálias, faz parte do desejo de se manter o conforto branco. A autora pontua que essa fragilidade branca foi amplamente capitalizada pelo ex-presidente dos Estados Unidos, Donald Trump: “a fragilidade branca permitiu à elite branca direcionar o ressentimento da classe operária branca para as pessoas de cor”<sup>17</sup>. A suposta inocência racial branca salta aos olhos nas notícias de jornais e revistas. Basta ver como são retratados os jovens brancos infratores e os jovens negros. Os primeiros são sempre perdoados por motivos externos a eles, e os últimos são duramente condenados quando têm a sorte de não serem mortos. A ignorância e a falta de responsabilidade de pessoas brancas com relação ao racismo produzem também outro tipo de violência que é passar a responsabilidade para as pessoas negras de ensinarem às brancas a respeito do racismo. Ao fim do capítulo, a escritora faz uma lista de exemplos para mostrar de que forma somos socializados no sistema e na perspectiva da supremacia branca: segregação racial, ignorância com relação ao racismo, autoimagem imune à socialização racial, ignorância com relação à história de dominação dos grupos brancos, falta de escuta, rejeição daquilo que não compreendemos, culpa, atitudes defensivas, entre outros.

No quinto capítulo, a autora trata da questão do binarismo: ser bom ou mau. Se não sou uma pessoa má, se não sou preconceituosa, como posso ser racista? Em primeiro lugar, todos nós somos bons e maus e carregamos nossos preconceitos. Em segundo, numa estrutura racista, todos somos racistas em maior ou menor medida. Neste capítulo, algumas ideais já trabalhadas anteriormente ressurgem, tal como tratar o racismo como um ato individual ao invés de vê-lo como uma problemática estrutural, ou tratá-lo com frases do senso comum, ou ainda abordar a questão com a necessidade de se mostrar como uma pessoa boa, visto que participou das marchas de 1960, por exemplo. A autora ressalta que o racismo está entranhado nos músculos de todo mundo e, por isso, temos que trabalhar duramente para extirpá-lo ao invés de buscar as zonas de conforto.

No sexto capítulo, DiAngelo explora um conceito-chave que é o de nos olharmos como grupo que possui uma identidade racial específica. Uma identidade que domina, oprime, usufrui de privilégios e violenta de inúmeras formas. A criação da superioridade branca e da inferioridade negra serviu e serve

---

<sup>17</sup> Robin DiAngelo, *Não basta não ser racista, sejamos antirracistas*, 2018, p. 86.

para escravizar e dominar. Os sentimentos de antinegitude e o ressentimento branco se veem de diversos modos, tais como na sabotagem aos programas de ações afirmativas, na compaixão aos usuários de drogas brancos e, em contrapartida, na condenação dos usuários negros, no ódio às pessoas negras insubordinadas e na necessidade de serem as pessoas brancas as supostas salvadoras dos negros, ou seja, na necessidade de se colocarem sempre em posição de protagonismo. A socialização branca, afirma DiAngelo, comporta uma mistura explosiva de muitos sentimentos: benevolência, ódio, ressentimento, superioridade e culpa.<sup>18</sup>

O sétimo capítulo, por sua vez, aborda os gatilhos raciais disponíveis para pessoas brancas, os quais despertam justamente a fragilidade branca. Quando pessoas brancas são questionadas com relação à meritocracia, à raça e aos seus sentimentos em relação às pessoas negras, elas tendem a se retrair, sentir raiva e/ou culpa, se furtar ao debate saindo pela tangente, discutir e dizer que já sabem tudo sobre o assunto, dentre outros comportamentos. Como argumenta DiAngelo, a fragilidade branca, no fundo, emerge junto à incapacidade de suportar o estresse racial. Ao menor desconforto, vem à tona uma série de reações defensivas que serve apenas para manter a já mencionada supremacia branca.

No oitavo capítulo, a autora traz episódios de fragilidade branca ao tratar sobre racismo no ambiente de trabalho. Mostra na prática como algumas pessoas brancas têm extrema dificuldade de se verem em termos raciais; a identidade racial branca, para elas, é neutra e universal, não precisa ser nomeada. A negação e a fuga do desconforto racial são amplamente empregadas. A escritora segue o capítulo falando sobre como essa fragilidade é também uma forma de assédio, uma vez que controla corpos negros. Com efeito, o exercício da fragilidade branca não tem nada de frágil no final das contas. É um sistema de poder que mantém controle histórico e institucional.<sup>19</sup>

No nono capítulo, a autora trata da fragilidade branca como uma ação que passa pelo desgosto de ver a identidade racial branca ser nomeada, o ultraje sentido quando uma pessoa branca sente que pode ser vista como racista. Nesse

---

<sup>18</sup> Robin DiAngelo, *Não basta não ser racista, sejamos antirracistas*, 2018, p. 124.

<sup>19</sup> É o que a autora chama de "sociologia da dominação", que passa por chorar, se for preciso – e aqui já adianto o que ela traz no décimo primeiro capítulo: as lágrimas de mulheres brancas tão traumáticas aos homens negros que eram torturados ou mortos diante de qualquer queixa de assédio por parte deles – chamar a atenção de novo para si de qualquer modo, de forma a desviar do desconforto e manter os privilégios da supremacia branca.

contexto, a incapacidade de reconhecer que o racismo faz parte de uma estrutura de dominação e que estamos todos implicados mantém a supremacia branca. Os sentimentos que emergem e que manifestam a fragilidade branca são muitos: sentir-se atacado, envergonhado, culpado, silenciado, julgado, insultado etc. E os comportamentos daí resultantes também são vários: chorar, ausentar-se fisicamente, recuar emocionalmente, negar, evitar, buscar perdão etc. Existem também as alegações: “eu conheço pessoas de cor”, “já sei disso, você está me julgando”, “não posso nem abrir a boca”, dentre outros. E, por último, as suposições: “estou livre de racismo”, “já sei tudo e o racismo é um preconceito meramente individual”. Enfim, a escritora termina o capítulo refletindo sobre as funções da fragilidade branca: manter a solidariedade branca, bloquear a autorreflexão, trivializar o racismo, sequestrar a conversa, mobilizar mais recursos para os brancos etc.<sup>20</sup>

Em um antigo trabalho, junto a uma instituição do governo italiano, ouvi que racismo não existia mais no Brasil, que era coisa do passado, e que os imigrantes europeus trabalharam e sofreram tanto quanto as populações negras, mas, ao contrário delas, superaram suas dificuldades. Ao questionar essas afirmações com base nas minhas pesquisas e estudos, vi emergir a fragilidade branca com bastante força. Ao não concordar com o que estava sendo dito, através dos argumentos baseados em pesquisa e fatos, eu fui lida como alguém que estava brigando. Era um contrato de experiência e, à época da contratação por tempo indeterminado, quase não fui recontratada, por ser considerada uma pessoa polêmica em função da discussão ocorrida. Esses comportamentos “[...] bloqueiam a entrada de todo e qualquer tópico de reflexão”<sup>21</sup> e, dificilmente, nós, pessoas brancas, ainda que engajadas na luta antirracista, não nos reconhecemos em alguns deles. Quebrar o pacto e romper o silêncio nos coloca diante da violência do racismo e pode, eventualmente, implicar perdas.

No décimo primeiro capítulo, a escritora trabalha com as lágrimas das mulheres brancas, questão já mencionada aqui nesta resenha. No último capítulo, ela nos convoca a ter coragem de romper com o conforto branco e a tomarmos consciência de que todos nós fomos socializados em uma sociedade racista. DiAngelo propõe que pensemos o racismo como uma problemática estrutural e que, como tal, para ser combatida, requer que exercitemos a escuta, em contraposição aos comportamentos defensivos que buscam imediatamente o

---

<sup>20</sup> Robin DiAngelo, *Não basta não ser racista, sejamos antirracistas*, 2018, p. 148-149.

<sup>21</sup> Robin DiAngelo, *Não basta não ser racista, sejamos antirracistas*, 2018, p. 149.

conforto. A propósito disso, segundo a autora, é preciso ter em mente que o desconforto pode ser a chave do crescimento, é preciso que habitemos esse lugar e que observemos a nossa fragilidade emergir. Ela nos convida a olharmo-nos como pessoas racializadas e pertencentes a um grupo dominante que oprime. Como isso não é fácil, é preciso que nos eduquemos em relação ao racismo. A autora dá uma lista de práticas para que desenvolvamos uma identidade branca positiva que passa por sair do binarismo bom ou mal e que alerta para a consciência de que todos nós praticamos racismo em maior ou menor grau, dado que estamos inseridos nessa estrutura. Por fim, DiAngelo pede que nos engajemos numa luta antirracista que começa com esse trabalho feito em nós mesmos diante da problemática. Para nós, pessoas brancas engajadas ou não na luta antirracista, é uma leitura imprescindível.

## Referências

BENTO, Cida. *O pacto da branquitude*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

CARDOSO, Lourenço; MULLER, Tânia Mara Pedroso: *Branquitude: Estudos sobre a identidade branca no Brasil*. 1. ed. Curitiba: Appris, 2017.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*, ano 10, v. 1, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2024.

DIANGELO, Robin. *Não basta não ser racista, sejamos antirracistas*. Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo: Faro Editorial, 2018.

DIANGELO, Robin. *White Fragility: Why It's So Hard for White People to Talk about Racism*. Beacon Press, 2018.

hooks, bell. *Olhares negros: raça e representação*. Tradução de Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2019.